

## **ENSINO E PESQUISA NA UNIVERSIDADE: UNIVERSAIS, SINGULARES E IMPARCIAIS?<sup>1</sup>**

Milton Chicalé Correia

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é demonstrar, a partir de situações vivenciadas e testemunhadas, como, em geral, o ensino e a pesquisa na universidade são restritivos quanto à universalidade, singularidade e imparcialidade, no que tange às abordagens consideradas sob o âmbito do senso comum e teológico, por exemplo, com especificidade para o confronto entre o evolucionismo e o criacionismo e suas inferências, ainda que, quanto a este, apresentam-se evidências de caráter científico. Para isso, tendo como referenciais os modelos evolucionista e criacionista, precedidos pelas

---

<sup>1</sup> De acordo com Houaiss (2004), o vocábulo Universal é: 1. [...]; 11. idéia geral, conceito, termo abrangente aplicável a todos os indivíduos de uma mesma classe de seres ou objetos; 11.3. u. lingüístico ou da linguagem [...] SIN/VAR absoluto, coletivo, cósmico, ecumênico, estelar, genérico, geral, global, limitado, internacional, interplanetário, mundial, planetário, sideral, total [...]. Já o termo Singular é: 1. único da sua espécie; distinto; ímpar; [...]; 4. não usual; inusitado, estranho, diferente, [...]. Segundo Abbagnano (ABBAGNANO, 2000), o vocábulo Universal teve dois significados: 1º significado *objetivo*, em virtude do qual indica uma determinação qualquer, que pode pertencer ou ser atribuído a várias coisas; 2º significado, *subjetivo*, em virtude do que indica a possibilidade de um juízo (que diga respeito ao verdadeiro e ao falso, ao belo e ao feio, ao bem e ao mal etc.) ser válido para todos os seres racionais. Já o termo Singular, para Abbagnano é: 1. um indivíduo; 2. o indivíduo considerado como valor metafísico, religioso, moral e político supremo. [...]. O singular é superior ao universal, ao contrário do que julgava Hegel. “Nos gêneros animais sempre vale o princípio de que o indivíduo é inferior ao gênero. [...] Jaspers insiste no caráter excepcional do singular (Phil., II, p. 360). Quanto ao termo imparcial, entendo não ser necessário explicitá-lo, pois sua interpretação é mais restrita e de uso mais comum. Minha interpretação sobre o tema encontra-se na introdução do suporte teórico e situações evidenciadas, para que os leitores estabeleçam suas analogias e assimilem ou não minha pretensão, com a qual, obviamente, concordarão ou rejeitarão, utilizando-se do livre arbítrio, com ou sem argumentações.

situações exemplificadas, entendo ter delineado um quadro satisfatório para que os leitores se situem e sejam subsidiados para assimilarem ou não as argumentações feitas. Desenvolvo tais argumentações apresentando o suporte legal, os procedimentos metodológicos, as antropologias filosóficas e teorias pedagógicas, o quadro sugestivo pertinente às tendências epistemológicas, teóricas e metodológicas, o suporte teórico e situações evidenciadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** universais, singulares, imparcial.

**ABSTRACT:** The purpose of this work it is to demonstrate, from situations lived and testified, how, generally, the teaching and the research at university are limited at the universality, singularity, and impartiality, that refer to the approaches considered about common sense and theological, for example, with specificity for the confrontation between the evolutionism and creationism, and its inferences, although, this one, show scientific character evidences. For this, having like references the evolutionist and creationist models, showed by the situations, I suppose had delineated a satisfactory square for the students place themselves and come helped to assimilate or not the argumentations done. I develop such arguments introducing the legal support, the methodological procedure, the philosophic anthropologies and pedagogic theories, the suggestive square pertinent to the epistemological, theory and methodological tendency, the theorist support and situations explained.

**KEY WORDS:** universal, singular, impartial.

## **1. Introdução**

Decidi abordar este tema, após testemunhar e vivenciar algumas situações no mundo acadêmico e na imprensa secular, especialmente a escrita e a televisiva, em que observei, com certa constância, o preconceito latente, a superficialidade e a ironia pertinentes a determinadas matérias consideradas, por parte da elite intelectual, seja ela orgânica de direita ou de

esquerda, como produtos do senso comum, ou da massificação do saber que, por si só, segundo esta, deixa de ser científica, confiável. Estou convicto de que este artigo poderá provocar a indignação em muitos, que mesmo sem reconhecerem, se apossam da “verdade” com “exclusividade”, não admitindo o contraditório, mas realmente este é o objetivo maior, consequência da coerência de minha vida pessoal, escolar, acadêmica e profissional, e exercendo a docência em várias disciplinas pedagógicas ou não, com ênfase para a didática e a metodologia científica, que têm a obrigação de serem provocadoras, polêmicas, inter, multi e transdisciplinares. Se atingir o objetivo proposto, considero-me satisfeito, se não atingi-lo será um ensaio para novas abordagens, aliás, começarei a escrever os vários livros que tenho em mente, há muito tempo, e que somente agora poderão se tornar realidade, e serão polêmicos, pois a rotina, o conformismo e a unanimidade não fazem parte do meu repertório, com as exceções racionais e inevitáveis.

## **2. Suporte Legal**

A universidade, principalmente a pública, na qual milito, deve oferecer muito mais que o ensino superior formal, e não me deterei para polemizar o termo “ensino” porque este será tema de outro artigo, no momento oportuno. A universidade deve oferecer a educação superior e nesta se inclui, além do ensino, a pesquisa e a extensão, e todos de acordo com o princípio de indissociabilidade, mas meus objetos agora são o ensino e a pesquisa, daí minha provocação: “Ensino e Pesquisa na Universidade: Universais, Singulares e Imparciais?” Preliminarmente reporto-me ao arcabouço constitucional e legal federal vigente pertinente à universidade, citando in verbis os respectivos comandos, na seqüência:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre **ensino, pesquisa** e extensão. (CF, 1988 c/ a EC 11/96).

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – [...]

II – **formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento**, aptos para a inserção nos setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, a colaborar na sua formação contínua.;

III – **incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica**, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (LDB, 1996, grifo nosso).

### **3. Procedimentos metodológicos**

O ensino e a pesquisa na universidade devem ser universais, singulares e imparciais, mas... são? Pelo que tenho testemunhado e vivenciado, posso afirmar que não! Obviamente não farei uma análise conspiratória, tendenciosa, mas procurarei despir-me, com a maior imparcialidade possível, das minhas convicções pessoais, que conflitam com o que tenho observado, procurando desenvolver a síntese, a análise e a síntese aplicáveis de conformidade com os princípios teórico-metodológicos pertinentes, que nem sempre são utilizados em abordagens distintas, pelo contrário, concentram-se exclusivamente no enfoque coerente com o perfil dos autores. Em assim sendo, abordarei as antropologias filosóficas (modelos de homem) e as teorias pedagógicas (modelos educativos) mais exploradas e, na seqüência, discorrerei sobre as tendências epistemológicas, teóricas e

metodológicas na pesquisa, que têm maior ênfase na educação, mas possuem elementos aplicáveis em outras áreas do saber, antropologias filosóficas e tendências estas que subsidiarão, a título sugestivo, os exemplos inseridos, a análise e a síntese concernentes aos mesmos, para corroborar minhas argumentações.

#### **4. Antropologias Filosóficas e Teorias Pedagógicas**

As antropologias filosóficas (modelos de homem), em geral, se desdobram em dois grandes eixos: as predominantemente “essencialistas” (naturalismo) e as predominantemente “existencialistas” (artificialismo). O primeiro (naturalismo) tem como marco referencial as idéias e/ou projetos (as aspirações) e o segundo (artificialismo) as realizações individuais e/ou coletivas.

No naturalismo, nos deparamos com três abordagens distintas: homem intemporal (neo-escolástica, neo-idealismo, espiritualismo e fenomenologia: Maritain, Hamelin, Bradley, Newman, Husserl e Hegel, por exemplo); antropofreudianas (freudo-marxismo: Freud-Marx, Reich, Fromm, Marcuse, Adorno, Horkheimer e McLuhan, por exemplo; anti-psiquiatria: Laing, Cooper, Szasz, Mannoni, Basaglia e Bettelheim, por exemplo); e homem anarquista (anarquismo e socialismo utópico: Max Stirner, Malatesta, Read, Bakunin, Kropotkin, Proudhon, Fourier e Saint-Simon, por exemplo). Tais abordagens, geralmente, deságuam nas teorias pedagógicas (modelos educativos), resultando, respectivamente, pela ordem, nas seguintes teorias: essencialistas e ahistóricas (Gentile, Juan Bosco, Kerschensteiner, Garcia Hoz e González Alvarez, por exemplo); antiautoritárias, autogestionárias e libertárias (Escola de Hamburgo: Tolstói e Neill; Kinderlaeden: Lapassade, Lourau, Lobrot, Rogers e Ferrer Guardia, por exemplo); e

antiinstitucionais e antiescolares (Illich, Goodman, Bordieu, Passeron, Baudelot, Establet e Piveteau, por exemplo).

No artificialismo, as abordagens distintas são cinco: homem desumanizado (neopositivismo: Círculo de Viena: Wittgenstein, Russel, Carnap, Moore e Popper, por exemplo; estruturalismo: Levi-Strauss, Foucaut, Lacan, Althusser, Derrida e Benois, por exemplo; cientificismo: Pavlov, Skinner, J. Huxley e Tinbergen, por exemplo); homem positivo (pragmatismo: James, Dewey e Mead, por exemplo) empirismo: Montaigne, Comenius, Locke, Hume, Herbart, Rousseau, Pestalozzi e Piaget, por exemplo; liberalismo: A. Smith, Malthus, Stuart Mill, Quesnay, Say e Turgot, por exemplo; e o positivismo: Comte, Stuart Mill, Darwin, Spencer, T. Huxley, Durheim e Wundt, por exemplo); homem existencialista (existencialismo: Kierkegaard, Nietzsche, Jaspers, Merleau-Ponty, Heidegger, Sartre e Camus, por exemplo); homem personalista (personalismo: Buber, Teil. de Chardin, Bastide, Lacroix, Xirau, Ricoeur e Freire, por exemplo); e homem comunista (marxismo: Marx, Engels, Lenin, Stalin, Trotski, Mao, Lukacs, Gramsci e Kotic, por exemplo). Nessas, as teorias pedagógicas (modelos educativos) consubstanciam-se, respectivamente, pela ordem, em teorias: reprodutoras tecnológicas (Plan Dalton e Mc Luhan, por exemplo); reprodutoras sociológicas (Dewey, por exemplo); educação nova (Decroly, Montessori, Claparède, Ferrière, Freinet e Kerschensteiner, por exemplo); transformadoras personalistas (Freire, Xirau, Milani e Pallach, por exemplo), e finalmente, transformadoras comunistas (Makarenko, Mao e Snyders, por exemplo). De uma forma, ou outra, todos os homens se enquadram em uma ou outra das antropologias filosóficas (modelos de homem) e optam por uma ou outra teoria pedagógica (modelos educativos), inclusive mencionei, a título de exemplos, alguns intelectuais que, pela postura pessoal e produção teórica, se enquadram nas mesmas, e com esta

afirmação acredito que os leitores deste artigo já estão devidamente situados e, a partir daí, obviamente, concordarão ou não com minhas argumentações no estudo do tema pelo qual optei.

### **5. Quadro sugestivo pertinente às tendências epistemológicas, teóricas e metodológicas.**

Apresentarei, a seguir, um quadro de autoria do Professor Doutor Antônio Carlos Osório, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Educação), do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campo Grande – MS), utilizado na Disciplina Pesquisa em Educação, no semestre 2001/1, para subsidiar a compreensão da abordagem temática.

7	Ciência(s)	Método	Produto	Aplicação	Interesse Cognitivo	Orientação Normativa
Empírico Analítico	Naturais	Explicação	Informação Sobre o fenômeno	Controle Técnico	Instrumental Controle	Regras Gerais: Principais Leis
Fenome- nológico Herme- nêutico	Humanas	Compre- ensão Interpre- tação	Interpre- tação do Fenômeno	Interação Comuni- cação	Prática Interativa	Consenso
Histórico Crítico Dialético	Teórico- Críticas (Históricas)	Reflexão na Ação e Ação na Reflexão	Crítica do Fenômeno	Ação Transforma- dora	Emanci- pação Transfor- madora	Potencializar Transformações

O quadro contém os elementos essenciais para se optar e se estabelecerem analogias pertinentes, situando os leitores no processo de síntese, análise e síntese, pois envolve, pela ordem, os principais tipos de conhecimento, de Ciência, método, produto, aplicação, interesse cognitivo e orientação normativa, segundo o autor mencionado.

A autora portuguesa, Isabel Alarcão (2001), também apresenta com propriedades três tabelas explicativas que abordam e explicitam, pela ordem: Tabela 7.1. As Questões Ontológicas, Epistemológica e Metodológica na investigação (p.138); 7.2. As Questões Teológicas e Didáticas (p.139), e finalmente, 7.3. Paradigma Emergente (p.141), que contribuem para uma análise e síntese mais consistentes o objeto deste artigo e que não foram inseridas dada a limitação do espaço.

Ao examinar as antropologias filosóficas (modelos de homem) e as teorias pedagógicas (modelos educativos), é possível identificar qual a tendência teórico-metodológica de cada autor, ou pelo menos, com a qual cada um se aproxima mais.

## **6. Suporte teórico e situações evidenciadas**

Após as considerações anteriores, volto a indagar: “Ensino e Pesquisa na Universidade: Universais, Singulares e Imparciais?” Se universais são todo abrangentes, envolvendo todos os ramos do conhecimento humano, portanto todas as ciências, e nessas incluem-se, obviamente, as humanas e sociais, o que infere dizer que deve adentrar ao campo das especulações de cunho filosófico e teológico, por exemplo, que por razões de modelos políticos e econômicos, como o socialismo e o capitalismo neoliberal, nem sempre são tratadas com a mesma deferência atribuída às outras ciências.

No primeiro caso, pela presença do materialismo histórico voltado para a racionalidade absoluta e o banimento ou a restrição às manifestações de caráter filosófico idealista e religioso e, no segundo, pelo pragmatismo capitalista da predominância do capital sobre o trabalho e da economia de mercado que, por meio das agências de fomento públicas e/ou privadas, priorizam o ensino, as pesquisas e os projetos que contemplam a hipótese do lucro, independentemente da



imprescindível inclusão social e das conseqüências sobre o meio ambiente.

Se singulares, são aplicáveis observando-se a distinção peculiar, ainda que polêmicas, controvertidas, aparentemente estranhas ao lócus acadêmico, inusitadas, enfim, diferentes, em desacordo com os padrões convencionais. O singular é superior ao universal porque este depende daquele, ou seja, o todo é constituído das partes, mas há necessidade de ambos, de interdependência para a harmonia nas relações. O organismo humano, por exemplo, é orgânico, composto de sistemas, que se compõem de órgãos e estes de células etc. Exemplifico ainda com um livro, pois este é universal, porquanto é objeto indispensável em qualquer biblioteca do mundo, aliás, é dos livros que se fazem as bibliotecas; todavia o livro também é singular, pois cada um tem sua autoria, o estilo do autor, seu conteúdo, público alvo, é escrito em uma ou mais línguas, pode ser ou não clássico etc. As Escrituras Sagradas Hebraico/Cristãs, por exemplo, são universais, pois se encontram em praticamente todas as bibliotecas, para todos os tipos de leitores, mas são singulares porque são as mais antigas do mundo, tem características ímpares, é adotada por leitores que se constituem em discípulos do seu principal expoente: Cristo. Cito Alarcão a título de analogia, quando se reporta à escola (A Escola Entre o Local e o Universal), que assim se pronuncia:

Neste mundo globalizado em que vivemos, emerge em vários setores socioculturais a consciência da especificidade e da particularidade, como se quiséssemos proteger-nos de uma estandardização neutralizadora daquilo que nos é específico. Sem deixar de partilhar com as outras escolas do planeta a universalidade da sua dimensão instrutivo-educativa e socializante, cada escola tende a integrar-se e a assumir-se no contexto

local, a aproximar-se da comunidade. [...]. Sem deixar de ser local, a escola é universal (ALARCÃO, 2001, p.21).

Evidencio nas palavras de Alarcão (2001), estabelecendo a analogia que entendo válida, aplicável à universidade, a necessidade de entender e apreender ao conceitos e as relações entre singular (particular, específico) e o universal (geral, abrangente, comum), utilizando-se de instrumentos consistentes, confiável, portanto científico, no processo de análise e síntese exigidos ainda que o objeto seja considerado de imediato como essencialmente subjetivo, pó que não dispensa sua apreciação, pela academia.

Finalmente, se imparciais, devem ser desprovidas, tanto quanto possível, das “paixões” pessoais dos docentes, dos grupos de pesquisas, dos pesquisadores, individualmente, sempre apresentando a tese e a antítese, ou seja, os “dois lados da moeda”, evitando terminantemente a análise conspiratória, e isso são válidos não somente para aquele que ensina que produz a pesquisa, mas também para aquele que estuda, examina e se pronuncia sobre a pesquisa de outros, por exemplo.

Partindo do pressuposto de que defini as razões para este artigo, inclusive que viabilizei aos leitores situarem-se em uma das antropologias filosóficas (modelos de homem) e teorias pedagógicas (modelos educativos), apresentei o quadro sugestivo de tendências epistemológicas, teóricas e metodológicas na pesquisa em educação, aplicáveis, pelo princípio da simetria, em outras áreas do saber, e desenhei, no parágrafo anterior, o quadro que entendo coerente com os conceitos de universalidade, singularidade e imparcialidade que devem permear o ensino e a pesquisa na universidade, entendo que posso passar aos exemplos que testemunhei e vivenciei no mundo acadêmico e na imprensa, principalmente a escrita e a

televisiva, que demonstrarão o comprometimento da universalidade, singularidade e imparcialidade abordadas, na prática, provocando uma reflexão sobre o tema.

Princípio mencionando três situações distintas, uma em cada instituição de ensino superior, que obviamente ocorreram comigo, e adotando a ética exigida e necessária, não identificarei a localidade, a instituição, a disciplina, o docente e o curso em específico, esclarecendo que se trata de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, todavia mencionarei, respectivamente, as unidades federadas e os anos: DF, 1998; MS, 2001 e SP, 2006.

Na primeira, participando de uma aula em que a abordagem referia-se à teoria da desescolarização, de Ivan Illich (naturalista/anarquista/antiinstitucional e antiescolar), da mesma antropologia filosófica e teoria pedagógica de Reimer, Goodman, Bordieu, Passeron, Baudelot, Establet e Piveteau, e em dado momento Illich faz uma analogia com um texto sagrado hebraico que, submetida a uma análise rigorosa, não procede. Trata-se de um texto retirado do contexto, e que, portanto, gera um pretexto. A reação do docente e de alguns mestrandos à minha refutação foi exacerbada. O docente, inclusive, e de forma infeliz, declarou que eu estava situando-me em um contexto especificamente teológico, o que não era o caso, pois a discussão era acadêmica secular e assim devia pautar-se. A analogia de Illich não passava pelo crivo da metodologia científica: *síncrese*, análise e síntese, pois se aventurou em adentrar em um terreno que não dominava e, afinal, Illich domina todos os ramos do saber e detém a última palavra sobre a matéria? A partir daí evitei entrar em discussões futuras. Algum tempo depois, questionaram-me: “Milton, você não diz mais nada?”, a que respondi: “Para quê? Para vocês eu sou um ET”, ou seja, um alienado da ordem acadêmica vigente naquela instituição.

A segunda situação, também em sala de aula, dado momento, circunstancialmente, o docente se refere a uma acadêmica de um curso de graduação de outro campus da instituição que lhe ofereceu um exemplar das Escrituras Sagradas Hebraicas, a que prontamente recusou, inclusive usando de ironia. Surpreso pela atitude, indaguei: “Já leu?”, a que respondeu imediatamente: “Nunca li e nem pretendo ler”. Manifestei minha indignação, pois como pode alguém, no mundo acadêmico, criticar algo do qual não tem conhecimento de causa? Já teria sua opinião formada assumindo previamente a de outros? A abordagem, principalmente na academia, deve nortear-se pelo estudo diligente, exame rigoroso e pesquisa adequada, com a imparcialidade exigida, mesmo, obviamente, que cada um tenha sua antropocosmovisão.

Na terceira situação, mais recentemente, o docente fazia sua exposição didática sobre a matéria objeto de estudo e mencionou uma outra analogia, também pertinente a um texto sagrado hebraico, só que, desta vez, socializando a “informação recebida de outro docente”, citando comparativamente, em termos de relevância, um animal bovino e uma mulher, em que o primeiro seria mais importante que a segunda. Indaguei: “O senhor poderia citar-me o texto em que se encontra tal afirmação? Pois conheço razoavelmente as Escrituras Sagradas Hebraicas, tendo-as lido algumas vezes, inclusive com o auxílio de dicionários especializados, cadeias temáticas, comentários especializados etc. e nunca vi semelhante afirmação”. Ele disse-me que traria o texto, mas nunca o trouxe e não o trará, pois simplesmente o mesmo não existe nas Escrituras Sagradas Hebraicas e quanto a isso não tenho a menor dúvida. Constatei, com clareza, que se tratava de escárnio, ironia, portanto, normalmente sem consistência acadêmica, propondo-se, quando muito, a servir de um dos momentos de desconcentração da aula, como a piada do dia, por exemplo, e diga-se de passagem, de mau gosto. Os demais mestrandos e

doutorandos ficaram observando a situação. Insisto: É preciso muita cautela para o que se vai dizer, principalmente no mundo acadêmico.

Relatadas as situações vivenciadas, agora apresento uma testemunhada, como mais um exemplo da ausência da universalidade, singularidade e imparcialidade no ensino e na pesquisa na universidade. O fato é recente, e como já foi feito, novamente só mencionarei a unidade federada e o ano: MT, 2006. Um Servidor Público, graduado em Licenciatura Plena em Letras, que apresenta seu trabalho de conclusão de curso (TCC), pós-graduação lato sensu na área da administração pública, e que explora a relevância da moral e da ética nas relações de trabalho, fundamentando-se na afirmação de que pessoas autenticamente religiosas, independentemente da confissão, excluídas as que adotam a violência verbal ou física para impor suas convicções, comportam-se, com certa constância, com mais rigor no trato com a propriedade alheia, ou mais precisamente, com a coisa pública. Enfatize-se mais uma vez: as autenticamente religiosas, do que não se infere que as não religiosas também não se comportem de igual maneira, mas o compromisso com as convicções religiosas exige uma postura mais rigorosa na qual não há espaço para a hipocrisia, a incoerência entre o que diz serem suas convicções e o que faz no cotidiano. Parte da Banca Examinadora reagiu duramente, considerando o trabalho descontextualizado em relação ao “mundo real”, ou seja, não há espaço para tais argumentações, bastar fazer o “politicamente correto”, não há necessidade nem é cabível se recorrer à argumentação de cunho confessional para se evidenciar que um cidadão compromissado com suas convicções religiosas, em tese, se comportará como tal, dando maior ênfase à moral e à ética no trato com a coisa pública, por exemplo. É uma hipótese descartável. Por pouco o pós-graduando não foi reprovado.

Para não ficar somente no terreno das situações vivenciadas e testemunhadas, o que, para um trabalho acadêmico não é admissível, até seria incoerente com o que me propus realizar, agora passo a fazer uso de referências pesquisadas, a maioria exploradas em salas de aulas (mestrado e doutorado) ou durante minha pesquisa para a obtenção do título de mestre em educação, corroborando minhas afirmações, que obviamente não impedirão o contraditório, aliás, bastante salutar, necessário, imprescindível, sem o qual a academia seria inútil. Pautar-me-ei pelo enfoque da exclusão quase total, conforme as situações exemplificadas, da possibilidade da discussão acadêmica envolvendo a asserção de que só o material, o concreto, o “seguro e indiscutivelmente observável, palpável, que pode ser comprovado em laboratório” (o “Big Bang” foi?), normalmente, podem ser objetos de estudos, de debates, de pesquisas, mas demonstrarei que, no afã de consolidar e ampliar tal postura, erros crassos são cometidos, eivados de preconceitos, análises conspiratórias e contradições visíveis. Para boa parte da comunidade acadêmica, especialmente o segmento docente, as ciências naturais e exatas “decidem” os rumos do mundo globalizado, as humanas e sociais contribuem, com algumas ressalvas, e seus representantes colaboram no sentido de que uma opção teológica sem perder de vista a secular, mesmo pautada em evidências, é retrógrada, irracional, passível de indiferença ou escárnio, ironia. A este respeito, Morris (1985), assim se manifesta:

Não obstante, embora tanto a criação quanto a evolução tenham importantes implicações religiosas, morais e sociais, cada uma delas também pode ser usada para correlacionar e predizer dados científicos. Os seis capítulos seguintes mostrarão que o modelo científico da criação consegue fazê-lo melhor do que o da

evolução. Ainda há problemas, e mais pesquisa precisa ser realizada para resolvê-los, mas os problemas do modelo da evolução são muito mais sérios. Como resultado, hoje em dia há milhares de cientistas reconhecidos, qualificados, que se tornaram criacionistas, a despeito da doutrinação evolucionista que recebida na escola, e da intimidação evolucionista que agora enfrentam nos círculos do intelectualismo organizado. Em um sentido muito real, o criacionismo é mais científico do que o evolucionismo, e o evolucionismo é muito mais religioso do que o criacionismo (MORRIS, 1995, p.16, grifo do autor).

Primeiramente, faremos algumas inferências à Ciência, e como tal, englobando os diversos ramos do conhecimento. Para muitos, o instrumento mais confiável, o que produz a tendência de se generalizar a aplicação de teorias, e por si só descarta ou coloca em segundo plano “outras possibilidades”. O senso comum, por exemplo, já se expressa como tal: “comum”, normalmente não faz parte do rol da elite, no caso, a pensante, a intelectualizada, seja ela de direita ou de esquerda. Centro, nem pensar, mais adequada para os que “ficam em cima do muro”. Mas, o que afirma Santos (1995):

Já tive ocasião de referir que o fundamento do estatuto privilegiado da racionalidade científica não é em si mesmo científico. Sabemos hoje que a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco, por mais que se amplie, será sempre exíguo porque a exigüidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado.

Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. Essa dimensão aflora em algumas das características do conhecimento do senso comum (p. 56-57).

As afirmações de Santos são bastante claras, objetivas, e entendo que dispensam comentários, pois explicitam a relação entre a Ciência e o senso comum, mais que isso, entre os que se primam exclusivamente pela primeira (Ciência moderna), e os que constroem o senso comum, como também, por imparcialidade, devo frisar a existência, em pequeno número, dos que buscam conciliar ambos, tanto quanto possível (Ciência pós-moderna), e o autor demonstra ser um deles. Aranha e Martins (1993), por sua vez, declaram:

O que observamos no sucessivo alternar de teorias que se completam ou se desmentem, ou que são ultrapassadas, é que a ciência não é um



conhecimento “certo”, “infallível”, nem as teorias são o “reflexo” do real.

Na controvérsia entre os filósofos da ciência, a teoria científica aparece como construção da razão, como hipótese de trabalho, como função pragmática que torna possível a previsão e a ação, como descrição de relações entre elementos sem referência ao conteúdo dos fenômenos. Interessanos aqui mostrar que a discussão dos fundamentos da ciência é atual e que esta se faz por meio de um longo processo que não é linear, mas cheio de contradições (p. 158).

Observe-se que Aranha e Martins, em outras palavras, caminham na mesma direção de Souza, ou seja, a Ciência tem suas limitações, o que, de certa maneira é consenso, em tese, mas que, no cotidiano acadêmico não se apresenta essencialmente como tal, e não é preciso ir longe para ilustrar com o modelo evolucionista (não digo teoria e muito menos teoria científica, embora reconheça que haja alguma cientificidade), do biólogo e naturalista inglês Charles Darwin, consubstanciado em sua obra *A Origem das Espécies*, tida como paradigma irrefutável pela quase totalidade da comunidade científica mundial, objeto de diversas inserções pela Rede Globo de Televisão, no Programa “Fantástico”, aos domingos, e de reportagens em várias edições da Revista VEJA e Superinteressante, e que constantemente alegam ter achado o “elo perdido”, contudo sem conseguirem explicar com rigor e de forma definitiva, por exemplo, o mecanismo da visão humana, que dada sua complexidade e singularidade, ainda é considerado um dos maiores enigmas, dentre outros, para os adeptos do evolucionismo darwinista.

Observo que se faz a biologização, a coisificação do homem e percebo que o evolucionismo darwinista também tem sua trindade: o tempo, o acaso e a seleção natural, um deus

triuno, e também “milagreiro”. Vejo aqui, de forma acadêmica, despido do denominacionalismo confessional, a oportunidade de evidenciar o conflito entre evolucionistas (darwinistas científicos e sociais) e os criacionistas (adeptos do design inteligente, ou seja, de um projeto anterior, obviamente de autoria sobrenatural, que culminou na execução da realidade concreta), em que os primeiros refutam intransigente e definitivamente, recusando-se a debater cientificamente tais modelos, coadjuvados pela imprensa secular, principalmente a escrita e a televisiva, mesmo não discutindo o autor, mas as características prévias da obra, adotando uma postura unilateral inflexível, absoluta e de escárnio, ironia, ignorando o que Souza (1995) e Aranha e Martins (1993), por exemplo, afirmaram nas citações.

A razão principal do repúdio ao modelo criacionista já está clara, mas vale a pena recordar que a questão principal refere-se ao *modus vivendi* e ao *modus operandi* do expoente do cristianismo, Cristo, incompatível, segundo os adeptos do evolucionismo, com o mundo natural, a ordem vigente e, pior ainda, com a conduta dos seus discípulos, principalmente os modernos, em que pese sua procedência, recordando que as regras também estão sujeitas às exceções, situação agravada na analogia superficial do teor do velho e novo testamentos das Escrituras Sagradas Hebraicas, afrontando-se os princípios que regem a exegese e a hermenêutica aplicáveis para sua interpretação mais acurada, ignorando-se ou deturpando-se, por desconhecimento ou de forma premeditada, elementos como: tempo, espaço, cultura, língua, objetivo maior, contexto histórico, características dos autores, inclusive quanto ao estilo, ao conteúdo e objetivo de cada livro etc. Exemplifico agora com algumas afirmações de Popper (existencialista/neopositivista do Círculo de Viena/adepto da teoria reprodutora tecnológica), preocupado em se contrapor a Marx e sua opção,

segundo ele, pela teoria moral historicista (POPPER, 1996), citando Macmurray (1938):

Parece haver muitos que admitiriam boa parte disso, insistindo que a mensagem do cristianismo é para os humildes, mas que mesmo assim acreditam que essa mensagem é historicista. Um exemplo destacado dessa visão é J. Macmurray, que, em *The Clue to History*, encontra a essência dos ensinamentos cristãos na profecia histórica e que vê em seu fundador o descobridor de uma lei dialética da “natureza humana”. Macmurray afirma que, de acordo com essa lei, a história política tem inevitavelmente que resultar na “comunidade socialista mundial”. As leis fundamentais da natureza humana não podem ser desobedecidas... Os mansos herdarão a terra. Esse historicismo, porém, ao substituir a esperança pela certeza, leva necessariamente ao futurismo moral. “A lei não pode ser desobedecida”. Portanto, podemos ter certeza, sobre bases psicológicas, de que qualquer coisa que façamos irá levar ao mesmo resultado; que mesmo o fascismo tem necessariamente que levar, no fim, àquela comunidade; de modo que o resultado final não dependa de nossa decisão moral e que não precisamos nos preocupar com nossas responsabilidades. Se nos dizem que podemos estar certos, sobre bases científicas, de que “os últimos serão os primeiros”, o que mais é isso se não a substituição da consciência pela profecia histórica? Essa teoria não chega perigosamente perto (certamente contra as intenções do seu autor) da advertência: “seja sensato e leve a sério o que o fundador do cristianismo lhe diz, porque ele foi um grande psicólogo da natureza humana e um grande profeta da história; junte-se aos mansos a tempo, porque de acordo com as inexoráveis leis

científicas da natureza humana, não existe caminho mais seguro para terminar por cima”! Essa chave da história implica o culto do sucesso, implica que os mansos estarão justificados porque serão os vencedores. Ela transcreve o marxismo e especialmente aquilo que eu descrevi como a teoria moral historicista de Marx para a linguagem de uma psicologia da natureza humana e da profecia religiosa. É uma interpretação que, por implicação, vê como o maior feito do cristianismo o fato de que seu fundador foi um precursor de Hegel -- e superior a ele, admite-se (POPPER, 1996, p. 229 e 230).

Por um lado, quando Popper diz que: a) “Parece haver muitos que admitiriam boa parte disso, insistindo que a mensagem do cristianismo é para os humildes, mas que mesmo assim acreditam que essa mensagem é historicista”, pronuncia-se com consistência em parte do que evidencia, pois humildade, por exemplo. No contexto da fala de Cristo não se refere aos “humildes” no sentido de poder aquisitivo, até porque homens de grande poder aquisitivo também eram seus discípulos (José de Arimatéia e Nicodemos, por exemplo, que também eram da elite intelectual e pertenciam ao senado hebreu) e tampouco de que são ignorantes e passivos (confunde-se também “mansidão” com passividade), aceitando tudo o que lhes é imposto, o que é uma afronta aos doutos apóstolo dos gentios, Paulo e João, o denominado discípulo amado, citados por Chauí, como autores de uma filosofia ímpar. Acrescento que esses apóstolos foram corajosos oponentes a Nero e Domiciano, Imperadores Romanos sanguinários, Paulo foi sentenciado, à morte por decapitação e o João, à prisão perpétua na Ilha de Patmos, sujeito a trabalhos forçados, além de milhares de outros mártires cristãos que foram executados justamente por não aceitarem a violação da consciência, o

direito de exercerem livremente suas convicções, rejeitando o paradoxo da reação violenta. Desafiaram Roma Pagã e mais tarde Roma papal, agora associada com o Estado, que deveria ser laico, processo iniciado com a pseudo conversão do Imperador Constantino (Império Romano do Ocidente) e seu decreto dominical editado em 7 de março de 321 (d.C), quando já manifesta, também, sua preocupação com o capital e o trabalho, in verbis:

Devem os magistrados e as pessoas residentes nas cidades repousar, e todas as oficinas ser fechadas no venerável dia do Sol. No campo, entretanto, as pessoas ocupadas na agricultura podem livre e licitamente continuar suas ocupações; porque acontece muitas vezes que nenhum outro dia se lhe assemelha para a sementeira de sementes ou para a plantação de vinhas; tememos que, pela negligência do momento apropriado para tais operações, as bênçãos celestiais sejam perdidas (Promulgada aos 7 dias de março, sendo Crispo e Constantino cônsules pela segunda vez cada um) – Codex Justinianus, liv. 3, tit. 12 e 13; traduzido em PHILIP SCHAFF, D. D., History of the Christian Church (vol 7 da edição, 1902). (Vol. III, p. 380).

Já que a “humildade” e a “mansidão” dos discípulos de Cristo resistia a séculos de perseguições sanguinárias, pela coragem e exemplo coerente das convicções assumidas, a melhor estratégia era “conciliar” interesses pagãos e cristãos, para que houvesse harmonia no Império, associando-se política de Estado, obviamente permeada por interesses econômicos, com a da Igreja Oficial, que estava construindo suas tradições, que gradualmente se tornaram mais relevantes e praticadas que os princípios do cristianismo que diz representar, como os protestantes apostatados e, à exemplo dos judeus, que fizeram o

mesmo em relação à Torah (Lei)), para praticar o conjunto de regras do Talmud (tradições).

Verifica-se então que o Imperador Constantino estabeleceu um dia de repouso semanal (dies Solis = dia do Sol, o primeiro dia da semana, portanto o domingo) comum para pagãos e cristãos, estes os que renunciaram à pureza do cristianismo apostólico e passaram a praticar as tradições impostas pela Igreja oficial, que incluía tal observância, corroborada em decisão eclesiástica no Concílio de Laodicéia (336 d.C.), fato também evidenciado por Marx (1971) em uma outra abordagem, esta pertinente à voracidade do capitalismo inglês, que buscava no protestantismo apostatado a justificativa para suas barbáries, como se enuncia a seguir, em nota de rodapé (104):

Nos distritos rurais ingleses, às vezes um trabalhador é condenado à prisão por ter profanado o domingo, trabalhando no jardimzinho de sua casa. O mesmo trabalhador é punido por violação de contrato, se falta ao trabalho, aos domingos, nas usinas metalúrgicas, nas fábricas de papel ou de vidro, mesmo que seja por convicção religiosa. O Parlamento ortodoxo não têm ouvidos para a profanação religiosa dos domingos, se é praticada com o fim de expandir o capital [...] (MARX, 1971, p. 300).

Os interesses políticos e capitalistas e suas armas conflitam com os princípios mais elementares do cristianismo. Popper, citando Macmurray, fala em “comunidade socialista mundial” e associa o ideário marxista ao cristianismo (reporto-me a isso nas Considerações Finais), e para escândalo de muitos, afirmo que há semelhanças quanto à historicidade como método de interpretação do Cânon Sagrado, mas há conflitos quanto aos meios para se chegar aos fins, ou seja, para

o cristianismo autêntico, “os fins não justificam os meios”, pois a revolução armada é incompatível com o cristianismo (Gandhi, que não era cristão, mas evidenciava os ensinamentos de Cristo, e pregava o respeito a todo tipo de religiosidade, à convivência pacífica entre pessoas de profissões de fé diferentes, sendo esta a causa principal de seu assassinato, libertou a Índia do domínio britânico sem apelar para tanto) e, diga-se de passagem, as cruzadas contra os muçulmanos para a retomada da “Terra Santa” foi decisão da Igreja Oficial mancomunada com os Estados da época.

Por outro lado, quando Popper nega a historicidade como critério basilar na compreensão e interpretação do conteúdo das Escrituras Sagradas Hebraicas, como já mencionei, contendo-o, e quanto a isso reconheço em Marx a validade da análise histórica, do processo histórico. Popper, contrapondo-se a Macmurray, também afirma que: b) “Portanto, podemos ter certeza, sobre bases psicológicas, de que qualquer coisa que façamos irá levar ao mesmo resultado; que mesmo o fascismo tem necessariamente que levar, no fim, àquela comunidade; de modo que o resultado final não depende de nossa decisão moral e que não precisamos nos preocuparmos com nossas responsabilidades”, contestação que procede, considerando que bases psicológicas, ações desordenadas e a ideologia fascista não fundamentam o cristianismo, pelo contrário, este a abomina, aliás, quanto a última, este a precede em centenas de anos, de acordo com a sua fonte, o que não exclui a interpretação histórica, por Popper repudiada, compreensivelmente, pois seu paradigma conflita com o de Marx (existencialista/comunista, adepto da teoria transformadora comunista, como teoria pedagógica), embora ambos estejam inseridos no mesmo eixo (existencialista/artificialista), mas divergem substancialmente quanto ao modelo de homem.

Popper, ao mencionar a transcrição do marxismo e especialmente na teoria moral historicista de Marx, na realidade, está estabelecendo uma relação entre o marxismo e o tomismo, e registre-se que Tomás de Aquino, na obra *Suma Teológica*, utiliza-se da filosofia aristotélica para apresentar as evidências da existência de Deus, o que inclui a ordem moral, impossível de ser herdada dos animais, pois estes são irracionais. Alegar que Cristo foi precursor de Hegel, é tributar a este uma dimensão exacerbada e equivocada, pois o cristianismo é universal, mas possui uma singularidade incomparável.

Complementando meus argumentos que corroboram a improcedência de muitas abordagens referentes à teologia hebraica e cristã, confundindo os leitores menos rigorosos na síntese, análise e síntese exigidas, apresento a citação abaixo, extraída da *Revista Jurídica Discente da UNIVAG*, uma coletânea de artigos escritos por acadêmicos do Curso de Ciências Jurídicas (Direito), com o apoio dos respectivos professores orientadores, constante nas Referências:

A revelação das Escrituras não apenas está em algumas partes em oposição direta à moralidade do cristianismo moderno, como também é contraditória em si, a revelação na criação. Dentre as várias contradições que existem nas Escrituras citamos as mais importantes para ilustrar esta idéia: Gênesis 20, 12 que diz: “Sara, mulher de Abraão, é sua meia-irmã, filha do pai dele, embora não de sua mãe”. Mas no Levítico (18,9; 20,17) e no Deuteronômio (27,22), diz que a relação sexual de um homem com sua meia-irmã é absolutamente proibida e um grande pecado. (*Revista Jurídica Discente do UNIVAG*, p. 20).



Verifico em tal afirmação, equívocos expressivos, que não deveriam constar em uma publicação acadêmica, mas que não são exceções, pelo contrário, se constituem em regras, considerando a superficialidade adotada, principalmente pelo uso de citações igualmente improcedentes, e por quê? As contradições das Escrituras, na realidade, são aparentes, mas em seu todo orgânico, não existem. O leitor apressado não leva em consideração as exigências metodológicas para sua leitura e não usa as produções especializadas de apoio, para compreendê-las. Cometem-se erros ao ler obras comuns, que dizer da leitura do livro mais antigo do mundo, com conteúdos históricos, poéticos, proféticos etc., escrito por aproximadamente quarenta autores, com formações distintas e estilos peculiares, em um espaço de tempo de aproximadamente mil e seiscentos anos, nas línguas hebraica (pequenas partes em aramaico) e grega, traduzidas em mais de mil línguas e dialetos, algumas delas com conteúdos comprometidos em relação ao original?

Quando o autor menciona a união de Abraão e sua meia-irmã, Sara, como um exemplo de contradição, pois havia a proibição de uniões deste tipo, ele omite três realidades distintas: 1ª) Abraão não era hebreu, era caldeu (babilônio), mudou-se de Ur, na Caldéia para a chamada Canaã, procedia de uma civilização em sua essência pagã, portanto não praticava o judaísmo e nem o cristianismo, pois ambos não existiam, e tal prática para aqueles povos semíticos era comum; 2ª) Abraão e seus descendentes, principalmente Israel e seus filhos, deram origem ao povo hebreu, séculos depois (aproximadamente mil e quinhentos anos antes de Cristo), e a revelação da ordem moral foi gradual, consubstanciando-se, mais tarde, no decálogo divino e na legislação mosaica escrita, parte dela cerimonial e temporária, e parte dela introduzida para a transição entre o “que era” (herança do cativo egípcio) e o “que seria” (estabelecimento na chamada terra prometida); 3ª) o livre

arbítrio, concedido aos seres humanos, no caso a cada hebreu, implicava tomada de decisões que não significavam necessária e obrigatoriamente a vontade divina, e não se deve confundir tolerância com aprovação, aliás muito bem exemplificada na esfera doméstica, onde muitas vezes os pais toleram determinadas atitudes dos filhos, obviamente dentro de limites estabelecidos, que pessoalmente não aprovam, mas não violam a consciência dos mesmos e não impõem seu *modus vivendi*.

Um outro lapso do autor foi utilizar uma tradução das Escrituras Sagradas Hebraicas, que inclui livros apócrifos (citou I Enoque 58:5), que não constam no Cânon Sagrado Hebraico, uma evidência de que a tradução também ficou comprometida. Poderia estender-me mais sobre a citação feita, mas creio que o comentado é suficiente para subsidiar o que me propus fazer.

Finalmente, para ilustrar com alguns textos sagrados hebraicos, e não há como ignorá-los por mais que os críticos procurem invalidá-los, pois ainda que considerem sua procedência no máximo em duzentos anos antes de Cristo (Manuscritos do Mar Morto, conforme as Referências), estes trazem revelações que a Ciência só veio conhecer muito tempo depois, tais como: 1. esfericidade da Terra (Jó 1:7 e 2:2 e Is. 40:22); 2. “sustentação” da Terra (Jó 26:6); 3. pressão atmosférica (Jó 28:25), além de vários outros com revelações históricas muito anteriores às descobertas arqueológicas, que aliás, as confirmaram, como a existência dos hititas e sua tecnologia com o ferro; de Sargom, rei assírio; da ascensão e queda de reinos antigos (Babilônia, Medo-Persa, Grécia e Roma), como também revelações sobre os ciclos temporários da posse da terra (jubileu), o código sanitário hebraico, o regime alimentar, a longevidade e a qualidade de vida do povo hebreu, incomparável em relação a outros povos antigos etc.

Tais revelações históricas levaram pensadores dos mais variados ramos do conhecimento humano a assumirem uma

postura de investigação sem preconceitos das Escrituras Sagradas Hebraicas, como por exemplo: Leonardo da Vinci, Geórgias Agrícola, Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Johannes Kepler, Francis Bacon, Blaise Pascal, Robert Boyle, Isaac Newton, Gottfried Wilhelm Leibnitz, Caroline Herschel, Bartolomeu de Gusmão, Maria Gaetana Agnesi, Georges Cuvier, Maria Mitchell, Gregor Mendel, Louis Pasteur, George Washington Carver, William Ramsay, Carlos Chagas Filho e Wernher von Braun, citados por Rodrigo P. Silva, na obra “Eles criam em Deus – Biografias de cientistas e sua fé criacionista”, constante das Referências, alguns talvez desconhecidos para os leitores, outros que os surpreendem, e diga-se de passagem, não se confundam as Escrituras Sagradas Hebraicas com a Tradição da Igreja, pois naquelas, em momento algum se afirma que a Terra não é esférica ou que é o centro do sistema solar (geocentrismo), pelo contrário, a antecipa como já foi mencionado. A Igreja Oficial, pela Tradição, obrigou Galileu Galilei a se retratar, sob pena de se submeter à “Santa Inquisição”. A esfericidade da Terra era conhecida por Cristóvão Colombo, que acreditava chegar às Índias pela circunavegação. É por esta (aplicação da Tradição da Igreja Oficial), e outras razões, que tais Escrituras são tidas como indignas de serem pesquisadas pelos que não procuram por si mesmos, examiná-las com profundidade, no máximo entendem ser o papel exclusivo dos teólogos e arqueólogos.

## **7. Considerações Finais**

Entendo que subsidiei os leitores para observarem a existência de citações improcedentes, de interpretações superficiais e equivocadas, pertinentes à teologia hebraica e cristã e a sua aplicação, principalmente porque seus autores não buscaram os conhecimentos na fonte, com o rigor e a isenção

exigidos, o que inclui procedimentos metodológicos adequados.

Concordo plenamente que o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade não podem ser dissociados, aliás é pressuposto constitucional federal (Art. 207, CF, 1988 c/ a EC 11/96), porque envolve o conhecimento multidisciplinar, transversal, interdependente, todavia devem ser desenvolvidos com consistência teórica, embasamento científico e objetividade, partindo do simples para o complexo, do concreto para o abstrato e do próximo para o distante, não se omitindo quanto às matérias de conteúdo aparentemente considerado exclusivamente subjetivo, ou atribuindo-lhes uma dimensão restrita, arbitrária, que não justifique uma investigação transparente, sem preconceitos. Com tal perfil. O ensino e a pesquisa na universidade serão sim, universais, singulares e imparciais.

Diante do exposto, indago: é possível ignorar ou banir do ensino e da pesquisa, sob o ponto de vista acadêmico, o modelo criacionista, por exemplo, sem se deter na religiosidade do povo hebreu, a possibilidade do debate, da investigação, como forma de eliminar o preconceito, a superficialidade e a parcialidade? Creio que sim. Há muito tempo venho pesquisando a matéria, para não incorrer nos erros de muitos. Opto por convicções consistentes, racionais. Posso afirmar que Marx, por exemplo, guardadas as devidas proporções e banida a análise conspiratória, desejava um mundo mais justo, mais humano, diametralmente oposto ao vigente, onde impera o capitalismo desalmado, humilhante, que reduz o homem a escravo do capital e do trabalho, ou do consumo. Acredito que a nova ordem prevista nas Escrituras Sagradas Hebraico/Cristãs, aqui mesmo na Terra, de forma material, superará as expectativas do mais apaixonado marxista, obviamente não por sua ótica, mas se temos o mesmo ideal, nos dediquemos ao consenso, tanto quanto possível. Vale a pena

refletir no objetivo maior, ainda que os caminhos sejam distintos, e cada um fez e faz a sua opção, mas uma prevalecerá e tal objetivo será atingido, melhor que o esperado.

### **Referências Bibliográficas**

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi, revisão e da tradução por Ivone Castilho Benedetti*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALARCÃO, Isabel. (Organizadora). *Escola Reflexiva e Novas Racionalidades*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARANHA, Maria L. de A.; MARTINS Maria H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.324 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Saraiva, 1996.

ÉCOLE BIBLIQUE DE JÉRUSALEM. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1973.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAPPLE, A. *A Bíblia hoje: Documentação de História, Geografia, Arqueologia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Vol. 1. 2. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORRIS, Henry M. *O Enigma das origens - A Resposta*. Traduzindo por Adiel de A. Oliveira do original inglês Scientific Creationism. San Diego, Califórnia, EUA: Creation-Life Publishers, 1974. Brasília: Editora Origins, 1995.

OBERG, Renato Emir. *A nossa Bíblia e os Manuscritos do Mar Morto*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1984.

POPPER, Karl. *A Sociedade aberta e seus inimigos*. Vol. II, Caps. 22, 23, 24, 25. Traduzido da reimpressão de 1977 das 5. ed. (revista, 1966) do original inglês The Open Society and its Enemies. Routledge & Kegan Paul Ltd., Londres.

REVISTA JURÍDICA DISCENTE DA UNIVAG. Várzea Grande–MT: Editora e Gráfica Atalaia, n. 1, 2005.

RITTER, Orlando R. *Estudos em Ciência e Religião*. São Paulo: IAE, 1977.

SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SILVA, Rodrigo P. *Eles criam em Deus*. 2. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2004.